

AVISO n.º [...] /2017**Política de Seleção e Avaliação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização**

Os artigos 28.º e seguintes da Lei das Atividades e das Instituições Financeiras (Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril) determinam as regras aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, em particular em matéria de requisitos de idoneidade, independência e qualificação profissional mais estipulando quais os deveres e códigos de conduta sob os quais devem atuar.

O Aviso n.º 4/2014, de 17 de outubro, do Banco de Cabo Verde veio, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º da Lei 62/VIII/2014, de 23 de abril, estabelecer critérios adicionais de idoneidade e concretizar como deveria ser esta apreciada aquando do processo de seleção dos membros dos órgãos de administração. Este Aviso veio também, em concretização do n.º 3 do artigo 29.º do mesmo diploma, determinar os critérios de apreciação da qualificação profissional e experiência e ainda densificar, nos termos dos artigos 35.º a 37.º da Lei 62/VIII/2014, de 23 de abril, a proporção de membros independentes tanto do órgão de administração, quanto do órgão de fiscalização e, em particular, dos auditores encarregues da revisão de contas das instituições financeiras.

Note-se que o Aviso n.º 4/2014, de 17 de outubro, do Banco de Cabo Verde prevê que as instituições financeiras elaborem uma política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que tenha em conta a natureza, dimensão e complexidade da atividade desenvolvida pela instituição e contenha determinados elementos mínimos. Contudo, o Banco de Cabo Verde entende que cabe rever e densificar o preceito em causa, deste modo fornecendo mais indicações às instituições financeiras para poderem assegurar a elaboração e implementação de uma política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização adequada ao propósito que as norteia.

Assim, o Banco de Cabo Verde, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 42.º da sua Lei Orgânica (aprovada pela Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de julho, determina o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Aviso n.º 4/2014, de 17 de outubro

O artigo 4.º do Aviso n.º 4/2014, 17 de outubro, alterado, passando a ter a seguinte redação:

Artigo 4.º

Elaboração e aprovação da política de seleção e avaliação

1. Cabe às instituições verificar, em primeira linha, que todos os membros dos órgãos de administração e fiscalização são aptos ao desempenho das respetivas funções por cumprirem com os requisitos de idoneidade, qualificação profissional, experiência e independência legalmente determinados como necessários para o exercício das respetivas funções.
2. Os acionistas de cada instituição devem aprovar uma política interna de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.
3. A política interna de seleção e avaliação elaborada e aprovada nos termos do presente Aviso deve ser revista apenas na medida em que seja necessário atualizá-la ou adaptá-la a novas exigências legais ou regulamentares.

Artigo 2.º

Aditamento ao Aviso n.º 4/2014, de 17 de outubro

Ao Aviso n.º 4/2014 são aditados os artigos 4.º-A e 4.º-B, com a seguinte redação:

Artigo 4.º-A

Conteúdo mínimo da política de seleção e avaliação

1. A política interna de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização tem em conta a natureza, dimensão e complexidade da atividade desenvolvida pela instituição e inclui, pelo menos:
 - a) A identificação do colaborador ou a função responsável por proceder à avaliação da idoneidade, qualificação profissional, experiência e independência de um membro do órgão ou de um candidato a membro do órgão em causa;
 - b) O procedimento interno aplicável para efeitos de avaliação da aptidão de um determinado membro do órgão de administração ou fiscalização;
 - c) Os requisitos de aptidão exigidos atendendo às especiais características da instituição;
 - d) As informações e comprovativos que um membro ou um candidato a membro deve apresentar à instituição para que esta possa proceder à avaliação da respetiva aptidão;
 - e) Se a nomeação do membro for competência dos acionistas, as medidas tomadas para garantir que estes têm conhecimento dos requisitos para o exercício do cargo e do perfil relevante do candidato, antes da sua nomeação;
 - f) As situações em que se deve proceder à reavaliação da aptidão, juntamente com medidas para identificar tais situações que incluem nomeadamente a obrigação de os membros dos órgãos de administração e fiscalização de notificarem imediatamente a instituição de qualquer mudança material da sua situação ou de qualquer mudança suscetível de afetar o cumprimento, pelos próprios, das exigências que lhe são impostas;

- g) As formas como a instituição faculta oportunidades de formação académica e/ou profissional caso os membros do seu órgão de administração e fiscalização tenham necessidades específicas em matéria de aprendizagem e desenvolvimento;
 - h) As regras aplicáveis em matéria de prevenção, comunicação e sanção de conflitos de interesse;
 - i) Identificação do órgão ou pessoa responsável por rever periodicamente a política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e formular recomendações com vista à respetiva melhoria.
2. A política interna de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve promover a diversidade de qualificações e competências necessárias para o exercício da função, fixando objetivos para a representação de homens e mulheres e concebendo uma estratégia destinada a aumentar o número de pessoas do género sub-representado com vista a atingir os referidos objetivos.
3. As políticas internas para avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização podem constar de um só documento ou de documentos separados em função do órgão a que respeitam.

Artigo 4.º-B

Implementação e relevância da política de seleção e avaliação

1. As pessoas a designar para os órgãos de administração e fiscalização apresentam à instituição, previamente à sua designação, uma declaração escrita com todas as informações relevantes e necessárias para atestar a aptidão ao desenvolvimento das funções às quais se propõem, não só nos termos determinados pela política de seleção e avaliação da instituição, mas também nos termos do processo de registo a conduzir junto do Banco de Cabo Verde.

2. As pessoas designadas devem comunicar à instituição financeira quaisquer factos supervenientes à designação ou ao registo que alterem o conteúdo da declaração prevista no número anterior.
3. Quando o cargo deva ser preenchido por eleição, a declaração referida no n.º 1 é apresentada ao presidente da mesa da assembleia geral da instituição, a quem compete disponibilizá-la aos acionistas no âmbito das informações preparatórias da assembleia geral e informar os acionistas dos requisitos de aptidão das pessoas a eleger.
4. Quando o cargo seja preenchido por outro meio que não por eleição, a declaração prevista no n.º 1 é apresentada ao órgão de administração da instituição.
5. Caso a instituição conclua que as pessoas avaliadas não reúnem os requisitos de aptidão exigidos para o desempenho do cargo, estas não podem ser designadas ou, tratando-se de reapreciação, devem ser adotadas as medidas necessárias com vista à sanção da falta de requisitos detetada, à suspensão das funções ou à destituição das pessoas em causa, exceto se o Banco de Cabo Verde autorizar a sua permanência e durante o período assim autorizado.
6. Os resultados de qualquer avaliação ou reavaliação realizada pela instituição financeira devem constar de um relatório que, no caso da avaliação de pessoas para cargos eletivos, deve ser colocado à disposição da assembleia geral no âmbito das respetivas informações preparatórias.
7. A instituição financeira reavalia a adequação das pessoas designadas para os órgãos de administração e fiscalização sempre que, ao longo do respetivo mandato, ocorrerem circunstâncias supervenientes que possam determinar o não preenchimento de requisitos.
8. O relatório de avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve acompanhar o requerimento de registo dirigido ao Banco de Cabo Verde ou, tratando-se de reavaliação, ser-lhe facultado logo que concluído.

9. A política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve constar de capítulo autónomo do relatório anual sobre governo societário referido no n.º 2 do artigo 33.º da Lei das Atividades e das Instituições Financeiras.

Artigo 3.º

Norma transitória

As instituições que ainda não tenham aprovado uma política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização ou que verifiquem que as políticas que tenham aprovado não se encontram em conformidade com o presente Aviso devem fazê-lo na próxima assembleia geral ou, o mais tardar, até 31 de dezembro de 2017.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

Este Aviso entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Gabinete do Governador do Banco de Cabo Verde, na Praia, [...] de [...] de 2017.